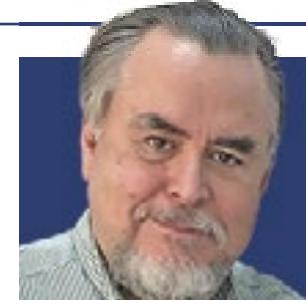


PINGA-FOGO

■ RIO PREMIADO PELA BLOOMBERG - O Rio de Janeiro foi uma das cidades vencedoras do Local Leaders Awards 2025, premiação da Bloomberg Philanthropies que reconhece políticas locais inovadoras no enfrentamento às mudanças climáticas. O anúncio foi feito nesta terça-feira (4), durante o Fórum de Líderes Locais da COP30, realizado no Museu de Arte Moderna (MAM-Rio). A capital fluminense venceu na categoria "Infraestrutura mais segura para um mundo em mudança" com o Protocolo de Enfrentamento ao Calor Extremo, criado pela Prefeitura em 2024.

■ DE VOLTA À CASA - Gustavo Tutuca reassumiu temporariamente, nesta semana, seu mandato de deputado estadual na Alerj. Motivo: participar das discussões sobre o orçamento do Estado para 2026, além de apresentar emendas parlamentares e novos projetos de lei voltados ao desenvolvimento econômico e à segurança turística no estado. Tutuca fez questão de reforçar seu compromisso com o fortalecimento das cidades do interior, destacando que suas emendas serão destinadas a atender demandas municipais em diversas áreas.

■ SETOR METALMÉTANICO - Entre as prioridades de Tutuca está a defesa da Lei do Aço (Lei 8.960/20), de sua autoria, que garante incentivos fiscais para o setor metalmecânico e tem sido essencial para o desenvolvimento de empresas do interior fluminense. Detalhe: Tutuca deve permanecer na Alerj durante as discussões da Lei Orçamentária Anual (LOA) e retorna à Secretaria de Estado de Turismo na próxima semana.

**MAGNAVITA**

claudio.magnavita@gmail.com

@colunamagnavita

Brasil e Reino Unido fortalecem cooperação estratégica em negócios e sustentabilidade no Fórum LIDE Brazil UK

O fortalecimento das relações econômicas e estratégicas entre Brasil e Reino Unido foi o foco do LIDE Brazil UK Forum, que foi realizado na última sexta-feira (31), no Hotel Savoy, em Londres.

Realizado pelo LIDE - Grupo de Líderes Empresariais, o encontro reuniu autoridades, executivos e diplomatas para discutir temas centrais da economia global, com destaque para a transição energética, a sustentabilidade e o avanço da inovação nos mercados financeiros.

O presidente da Shell Brasil, Cristiano Pinto da Costa, durante sua participação no evento, defendeu o equilíbrio entre sustentabilidade e competitividade, destacou o papel do país como potência energética global e alertou para a necessidade de estabilidade regulatória e fiscal para atrair investimentos



Em Londres, o ex-presidente Michel Temer destacou o Reino Unido como exemplo de estabilidade institucional e afirmou que o Brasil deve fortalecer o debate democrático sem radicalização, com base na "polarização de ideias e não de ódios"



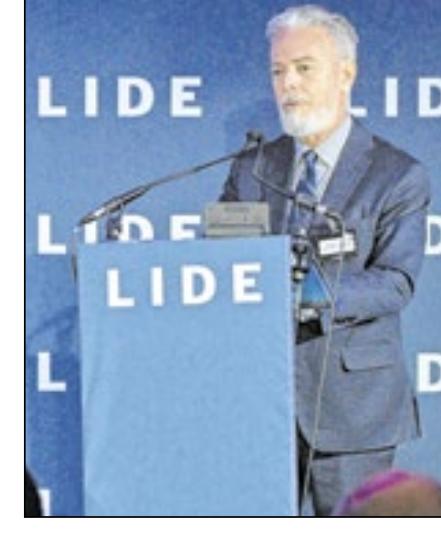
Durante a abertura do evento em Londres, o diretor-geral do Reino Unido para o Brasil, Lord Evans Of Sealand, destacou o alinhamento entre os dois países em setores estratégicos como energia limpa, tecnologia digital, ciências da vida e serviços financeiros, reforçando o compromisso britânico com o crescimento sustentável e o fortalecimento das relações bilaterais



Fotos Felipe Gonçalves/LIDE



"O Pix foi a porta de entrada da revolução financeira brasileira". Vice-chairman do Nubank e ex-presidente do Banco Central, Roberto Campos Neto destacou no LIDE Brazil Reino Unido Fórum os quatro pilares da transformação digital e o papel das fintechs na inclusão e na concorrência bancária



Embaixador do Brasil no Reino Unido, Antonio Patriota afirmou que é "incoerente" que duas das dez maiores economias do mundo mantenham baixa intensidade comercial e defendeu o início de negociações para um acordo bilateral de livre comércio



No fórum, o vice-presidente da Vale, Sami Arap, destacou que a transição energética global passa por minerais estratégicos como ferro, níquel e cobre, e afirmou que a companhia é hoje uma das líderes mundiais em inovação e proteção ambiental

■ RODOVIAS FEDERAIS NA PAUTA - O deputado estadual Jari Oliveira (PSB) desceu a Serra das Araras nesta terça-feira, dia 04, para tratar de melhorias nas rodovias federais que cortam o Sul Fluminense, como a BR-393 (Rodovia do Aço) e a Rodovia do Contorno, em Volta Redonda.

Jari se reuniu com o superintendente estadual do Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes (DNIT), Robson Loures.

■ MEDIDAS URGENTES - Entre as solicitações apresentadas, Jari cobrou providências urgentes quanto à situação

da BR-393, especialmente no trecho que corta o Sul Fluminense. Com a caducidade da concessão da K-Infra, a rodovia está sem serviços essenciais, como socorro médico, socorro mecânico e manutenção preventiva, o que coloca em risco a vida de motoristas e moradores da região.

■ RTM - O primeiro fim de semana do Rock The Mountain teve ocupação hoteleira de quase 100% na região dos distritos. De acordo com os dados do Disque Turismo da Prefeitura, a taxa ficou em 91,52% entre os dias 31 de outubro e dois de novembro. O Rock The Moun-

tain, que acontece no Parque Municipal Prefeito Paulo Rattes, em Itaipava, é um festival que atrai milhares de visitantes e turistas para a cidade, gerando forte impacto na economia local, consolidando a cidade como referência nacional em turismo de eventos.

Fernando Molica**Segurança é questão política**

Não há nada errado em se politizar a segurança pública: como outros aspectos da vida da sociedade — saúde, educação, moradia, transporte — o tema é político, tem que ser encarado a partir de pressupostos amplos, que expressem visões de mundo de cidadãos e governos.

O problema não é com a política vista de maneira abrangente, mas com o uso da máquina pública em benefício de interesses de políticos. É o que permite a deputados indicarem aliados para o comando de batalhões da Polícia Militar ou de delegacias. Esse tipo de prática não deveria ser encarado como algo político, mas como um desvio de função, uma espécie de passaporte para o caos.

Com o perdão da redundância, cabe aos políticos — pessoas escolhidas pelos eleitores — definirem políticas públicas para a segurança, estabelecendo prioridades, metas, objetivos a serem alcançados ao longo do tempo. Providências que, se encaradas de maneira séria, vão muito além da questão policial. Foi o que foi feito, por exemplo, em Bogotá e Medellín, na Colômbia.

Além de uma profunda reforma no aparelho policial, as medidas incluíram melhorias no transporte, que facilitaram a vida da população mais pobre, criação de postos de saúde e escolas, implantação de linhas

de crédito que financiam novos empreendedores, abertura de bibliotecas-parque nas periferias, estímulo ao lazer e à produção e consumo de bens culturais.

Como insiste Jorge Melgizo, ex-secretário de Cultura Cidadã e de Desenvolvimento Social de Medellín, a cidade definiu que o contrário da insegurança não é segurança, é convivência". Isso, repetiu várias vezes, se constrói com investimento em projetos sociais, educativos e culturais. Ou seja, a questão fundamental não foi matar bandidos, mas investir na cidadania, impedir que levas e levas de jovens continuassem a ser atraídos pela criminalidade.

O que ocorreu por lá — um país vizinho, latino-americano, com tantos problemas semelhantes aos nossos — foi uma decisão política, de caráter amplo e institucional. A Colômbia era marcada pela ação de cartéis internacionais de droga e pelos embates com grupos guerrilheiros, e entre estes e os paramilitares. A tragédia parecia não ter fim.

(Em 1998, estive por lá para fazer uma reportagem. A ameaça ao Estado nacional era imensa. O governo cederia uma parte de seu território para as Farc, principal grupo guerrilheiro. A área guerrilheira correspondia ao tamanho do Estado do Rio. No caminho para San Vicente de Caguán, a capital dos rebel-

des, nossa equipe foi parada por blitzes feitas pelo exército e pelos guerrilheiros.)

O tamanho da destruição que ameaçava a existência do país certamente colaborou para a adoção de políticas mais amplas, menos voltadas para interesses específicos, decisões que iam além do senso comum de que o extermínio é a única saída para a busca de segurança pública.

Os milhares de brasileiros envolvidos em atividades criminosas são, antes de tudo, brasileiros. Pessoas que, em determinado momento de suas vidas — muitas vezes, na adolescência — avaliaram o futuro que tinham pela frente e acharam que não valia a pena insistir na vida dentro da legalidade.

Num Brasil em que filho de pobre tende a continuar pobre (isso vale também para os ricos), em que a miséria e a prosperidade são quase hereditárias, é possível entender a opção de tantos garotos (o que não significa negar seus crimes — compreender é bem diferente de perdoar).

Não é razoável que o país continue achar normal que tantos jovens optem pela vida bandida; não podemos continuar a temer meninos de 12 ou de 13 anos. É preciso reconhecer que a exclusão sistemática como a que se pratica por aqui há mais de 500 anos é também criminosa, e precisa ser interrompida.

Primeira presidente mulher do Superior Tribunal Militar (STM), Maria Elizabeth Rocha chegou ao cargo sob fortes resistências de parte dos ministros da Corte. Não só por ser mulher, mas também por suas teses feministas e críticas ao período de ditadura militar.

Até sua eleição para presidente do STM foi difícil. A regra nos tribunais superiores é do revezamento entre os ministros por antiguidade. Mas, no caso dela, houve empate na votação em sete votos a sete. Coube à própria Maria Elizabeth Rocha desempatar votando em si mesma para poder assumir o cargo.

Nesta terça feira (4) ela se viu obrigada, novamente, a enfrentar resistências. Na abertura da sessão, a ministra rebateu o colega de Corte, o tenente-brigadeiro do ar Carlos Augusto Amaral Oliveira, que criticou seu pedido de perdão às vítimas da ditadura, feito em um evento em memória aos 50 anos da morte do jornalista Vladimir Herzog. O jornalista foi um dos assassinados durante o regime militar.

Na sessão da Corte da quinta-feira (30), sem a presença da ministra, Carlos Augusto Amaral Oliveira havia dito que a presidente do STM deveria "estudar um pouco mais de história" para "opinar sobre a situação no período histórico

Tales Faria**Bate-boca antecipa resistências no STM a punir golpistas**

a que ela se referiu e sobre as pessoas a quem pediu perdão".

A ministra afirmou: "A divergência de ideias é legítima. O que não é legítimo é o tom misógino, travestido de conselho paternalista sobre 'estudar um pouco mais' a história da instituição, adotado pelo interlocutor.

Uma instituição que integra há quase duas décadas e bem conhecido. Essa agressão desrespeitosa não atinge apenas esta magistrada; atinge a magistratura feminina como um todo."

Carlos Augusto Amaral Oliveira disse que não era misógino. Afirmou que a ministra deveria fazer uma reunião para ver se seu pedido de desculpas teria apoio dos colegas. Para ele, Maria Elizabeth Rocha projetou uma imagem negativa do Tribunal.

O pano de fundo do bate-boca, na verdade, é a tensão entre os ministros militares com a decisão que terão que tomar dentro de poucos meses. O STM terá que discutir o caso dos oficiais que já foram e ainda serão condenados pelo Supremo Tribunal Federal no julgamento da tentativa de golpe de Estado que culminou na invasão das sedes dos Três Poderes no dia 8 de janeiro de 2023.

A Constituição de 1988 estabelece que militar condenado a pena de prisão superior a dois

anos, com sentença transitada em julgado, deve ser submetido a um julgamento em instância

militar para avaliar se ele é "indigno" ou "incompatível" com o oficialato.

Até agora como único condenado a pena inferior a dois anos, o tenente-coronel Mauro Cid, a princípio, escapa desse julgamento.

Mas o STM terá que decidir, por exemplo, se o capitão da reserva e ex-presidente Jair Bolsonaro e estrelados oficiais-generais como Braga Netto, Augusto Heleno, Paulo Sérgio Nogueira de Oliveira e Almir Garnier são "indignos" ou "incompatíveis" com o oficialato.

O STF os condenou a penas de até 27 anos de prisão como comandantes do golpe.

Se considerados indignos na Justiça Militar, podem perder seus postos e patentes nas Forças Armadas, além de uniformes, distintivos e o direito ao porte de armas e à possibilidade de cumprir pena de prisão em organização militar.

O Plenário do STM é composto por 15 ministros — 10 oficiais-generais das Forças Armadas e cinco civis. Tem um peso maior dos militares, com risco de a decisão final se pautar pelo corporativismo da caserna. Isso certamente atingirá negativamente a imagem dos militares.